




UFRRJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas


Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO
DE 2014.

1 Aos vinte e um dias do mês de Outubro de dois mil e quatorze, às treze horas,
2 reuniu-se, na sala de reunião do ICESA, o Colegiado do Curso de Graduação
3 em Administração Pública com a presença dos seguintes professores:
4 BIANCCA SCARPELINE DE CASTRO, BRENO DE PAULA ANDRADE CRUZ,
5 MARCOS ANTONIO DA SILVA BATISTA, PEDRO HENRIQUE PEDREIRA
6 CAMPOS, CESAR QUINTÃO FROES, VINÍCIUS FERREIRA BAPTISTA,
7 RONALDO RAASCH, MARCOS FERREIRA, ROSA AMELITA SA MENEZES
8 DA MOTTA; ALEXANDRE PINTO MENDES; RUBIA CRISTINA WEGNER e
9 dos representantes discentes: WILLIAN COSTA SANTOS, BLENDIA LORRANY
10 VIEIRA MOURA, NATHALIA CANDIDO DA SILVA, SABRINA GOMES DOS
11 SANTOS, ADEMIR SILVA CARMINATTI JUNIOR, DAYANA PEREIRA DO
12 NASCIMENTO, VENÍCIOS OLIVEIRA ALVES; JOVER MENDES DE OLIVEIRA
13 NEGRÃO sob a presidência da primeira. Iniciando os trabalhos a presidente
14 levou à **apreciação do colegiado a Ata da 15ª reunião**, que já havia sido
15 encaminhada por e-mail a fim de que fizessem prévia leitura. Sem nada a
16 acrescentar ou retificar, a ata foi **aprovada por unanimidade**. Em seguida, foi
17 realizada a **apresentação do novo professor do Departamento de Ciências**
18 **Administrativas e Contábeis: VINÍCIUS FERREIRA BAPTISTA**. O professor
19 VINÍCIUS FERREIRA BAPTISTA se apresentou a todos os presentes e
20 recebeu as boas vindas de docentes e discentes. O ponto seguinte da pauta se
21 referiu à **aprovação das novas regras de estágio obrigatório** que serão
22 ajustadas nos regulamentos do curso de Administração Pública. Após extensa
23 discussão, **foram aprovados por unanimidade os seguintes pontos: 01. A**
24 **atuação em Empresa Júnior não pode ser aceita como estágio obrigatório, mas**

25 pode ser contabilizada nas horas de atividades complementares; 02. Alunos
26 que já trabalham no setor público ou privado poderão ser liberados do estágio
27 obrigatório mediante a entrega de um relatório apontando a aderência de sua
28 atividade profissional com os temas discutidos no curso de Administração
29 Pública, desde que a Comissão de Estágio assim o aprove; 03. O coordenador
30 do curso deve fazer parte da comissão do estágio; 04. Os alunos não poderão
31 optar entre estágio e TCC – essas duas atividades são obrigatórias (de acordo
32 com as determinações do Ministério da Educação RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13
33 DE JANEIRO DE 2014). Em seguida, a discente NATHALIA CANDIDO DA
34 SILVA questionou por que Bolsa de Apoio Técnico não pode ser considerada
35 como estágio obrigatório, já que o bolsista desempenha uma série de
36 atividades administrativas que poderiam contribuir para sua formação como
37 administrador público. Nesse caso, **a coordenação do curso declarou que**
38 **não tinha informações suficientes sobre a questão e que iria procurar o DEST**
39 **para defender a possibilidade de esta atividade ser considerada estágio**
40 **obrigatório**, respeitando os critérios determinados nos regulamentos. No que
41 se referia às propostas de quebra de pré-requisito para o estágio da disciplina
42 Pesquisa-Ação e à extinção da disciplina “Tutoria de estágio supervisionado”,
43 decidiu-se que ambas as alterações poderão ser votadas no momento de
44 aprovação da nova matriz curricular do curso. Sobre as alterações no
45 regulamento do estágio propostas pelo Professor MARCOS FERREIRA, foi
46 sugerido a realização de **uma consulta pública no site do curso** em que
47 discentes e docentes dariam sua opinião sobre as mudanças. **A coordenação**
48 **se comprometeu a desenvolver meios para realizar tal consulta**. O quarto
49 ponto de pauta era a **votação do novo núcleo docente estruturante do**
50 **curso de Administração Pública**. Alguns membros que compõem o atual
51 **Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração Pública** solicitaram
52 sua saída, além disso, o mandato de outros membros já havia expirado. Desta
53 maneira, foi aberta a possibilidade de candidatura e votação do novo NDE.
54 **Manifestaram seu interesse em participar:** BEATRIZ QUIROZ VILLARDI; 
55 DEISE LUCE DE SOUSA MARQUES; MARIA GRACINDA CARVALHO
56 TEIXEIRA (essas professoras Informaram sobre seu interesse por e-mail);
57 BIANCCA SCARPELINE DE CASTRO; ROSA AMELITA SA MENEZES DA
58 MOTTA; BRENO DE PAULA ANDRADE CRUZ. Essa nova composição do



59 NDE foi posta em votação e **foi aprovada por unanimidade**. O quinto ponto
60 de pauta se referia ao andamento da elaboração do novo Projeto Político
61 Pedagógico. A professora BIANCCA SCARPELINE DE CASTRO tomou a
62 palavra e informou que a alteração no documento está demorando mais do que
63 o previsto, mas que está em andamento. O trabalho já foi dividido entre os
64 membros do NDE e as atualizações já estão em curso. Sobre o tema, a
65 docente ROSA AMELITA SA MENEZES DA MOTTA pontuou a importância da
66 participação dos membros do colegiado na elaboração e aprovação deste
67 documento, pois ele se refere à atuação de todos os docentes e discentes no
68 curso. Ainda sobre o assunto, o professor BRENO DE PAULA ANDRADE
69 CRUZ, sugeriu que quando a proposta do novo projeto político pedagógico
70 estiver finalizada, seja marcada uma reunião de colegiado com pauta única
71 para discuti-lo e aprová-lo. Além disso, a coordenadora do curso enfatizou a
72 possibilidade de colocar o documento em consulta pública no website do curso.
73 O sexto ponto de pauta tratava-se sobre as horas de atividades
74 complementares computadas por evento. Os alunos presentes na reunião
75 questionavam o fato da Semana Acadêmica de Administração Pública (SAAP)
76 representar somente 05 horas de atividades complementares no semestre.
77 Contestaram também o fato do professor BRENO DE PAULA ANDRADE
78 CRUZ, membro da comissão de atividades complementares, ter alterado as
79 horas já computadas dos discentes que participaram de eventos anteriores e
80 receberam mais de cinco horas. O professor BRENO DE PAULA ANDRADE
81 CRUZ argumentou que estava apenas seguindo a DELIBERAÇÃO Nº 078, DE
82 05 DE OUTUBRO DE 2007, que determina: "Participação como ouvinte em
83 congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e
84 similares. (...) 05 horas por evento". Ele afirmou ainda que estava sozinho na
85 comissão de atividades complementares e que o volume de trabalho era muito
86 grande. Os alunos compreenderam que se tratavam de regras que fugiam ao
87 controle dos membros da comissão de atividades complementares, mas
88 mesmo assim, questionavam o posicionamento do referido professor na 
89 comissão. **Sugeriram duas soluções para o caso:** 01. Como a semana
90 acadêmica, foi uma atividade de vários dias, que contou com mini cursos, eles
91 emitirão certificados por dia de participação, podendo ser contabilizadas mais
92 horas do que as previamente lançadas; 02. Sugeriram que a coordenação do



93 curso elabore um pleito à câmara de graduação para que a DELIBERAÇÃO Nº
94 078 seja alterada. Após a votação, **essas medidas foram aprovadas por**
95 **unanimidade**. Entretanto, devido à controvérsia, o professor BRENO DE
96 PAULA ANDRADE CRUZ, pediu para deixar a comissão de atividades
97 complementares, solicitação que foi atendida pelos membros do colegiado de
98 curso. Imediatamente após a formalização da saída do professor BRENO DE
99 PAULA ANDRADE CRUZ, **foi realizado uma eleição para constituir a nova**
100 **comissão de avaliação de atividades complementares**. Para tal se
101 candidataram os professores RONALDO RAASCH e o professor CESAR
102 QUINTAO FROES. **Ambos foram eleitos por unanimidade**. O sétimo ponto
103 de pauta eram informes. Nesse ponto, a professora ROSA AMELITA SA
104 MENEZES DA MOTTA informou sobre sua participação como pesquisadora,
105 desde julho de 2014, no Projeto de Pesquisa Memore do Programa USA-UCA
106 (Programa de Apoio ao Acompanhamento de Informações sobre o Uso de
107 Laptops em Escolas do Contexto Um Computador por Aluno). O projeto
108 Memore – registrado na UFRRJ - viabiliza a sistematização de avaliações
109 acerca da efetividade do uso das novas tecnologias da informação e
110 comunicação no processo de ensino e aprendizagem em instituições públicas.
111 Oferece recursos tecnológicos para apoiar, em diferentes níveis, gestores no
112 acompanhamento das políticas públicas brasileiras no contexto do programa
113 "Um Computador por Aluno". O professor ALEXANDRE PINTO MENDES
114 convidou todos os professores presentes a participarem da pesquisa sobre
115 Condições do trabalho Docente na UFRRJ, encomendada pela ADUR
116 (Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).
117 Destacou que a intenção é mapear sistematicamente os impactos reais do
118 Programa de Ampliação das Universidades (REUNI); estreitar os laços entre os
119 professores (as) e a ADUR; e colher dados para pesquisas posteriores. Nada
120 mais havendo a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião às quinze
121 horas e vinte minutos. A ata foi lavrada por BIANCCA SCARPELINE DE
122 CASTRO e assinada por todos os presentes.

Biancca ScarpeLine Castro
Breno Cruz
